

Negociação da dívida externa chega a impasse

Nos meios financeiros americanos acredita-se em ruptura entre Brasil e credores

PAULO SOTERO

NOVA YORK — A colisão ocorrida na semana passada entre o governo brasileiro e os bancos internacionais deixou os credores irados e perplexos e o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, passou a brigar com as palavras para dar um sentido ao que ocorreu e diminuir o estrago. Na noite chuvosa de sexta-feira, ao deixar o prédio envidraçado da avenida Lexington, onde as conversas se prolongaram por três dias, Jório fez as seguintes declarações, em menos de quinze minutos:

■ Não se trata de estabelecer se (a proposta que o Brasil fez aos bancos) é base para negociação ou não. Nós já estamos negociando.

■ É natural que as nossas propostas não tenham sido aceitas. Se tivessem sido aceitas, seria um caso grave de incompetência da parte do governo brasileiro.

■ O importante é que está iniciado o processo de negociação. Mais do que isso, está estabelecida a continuidade, que tem de passar pelo conhecimento das cifras que dão origem à posição brasileira.

■ O comitê técnico (dos bancos, que deve visitar o Brasil em breve para discutir as cifras) não tem poder de negociação. A negociação não começou porque isso não estava previsto.

A visita da missão técnica, proposta pelo governo e, segundo Jório, aceita pelos credores, foi a solução encontrada depois de quatro horas de duras discussões, na noite da sexta-feira, para evitar a impressão de uma ruptura entre o Brasil e os bancos, que politicamente não interessa a nenhum dos dois lados. Mas ninguém, nos meios financeiros, acredita que a viagem da missão de economistas do comitê ao Brasil terá qualquer resultado prático, ou conseguirá dis-

sipar a clara sensação de que o governo Collor e os bancos ficaram mais perto do confronto do que do entendimento depois das conversas da semana passada.

Na verdade, a apresentação dos bancos dos números da economia e da teoria que está por trás da proposta brasileira já ocorreu: na manhã de quinta-feira, o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, fez uma detalhada exposição de mais de duas horas, ilustrada com a ajuda de dois retroprojetores. O problema é que os bancos chegaram a conclusões opostas do governo em relação ao que os números dizem sobre a capacidade de pagamento do País nos próximos anos. Com base no saldo comercial, os bancos afirmam que o Brasil pode mas não quer pagar. Por isso, responderam que a oferta brasileira é inaceitável, não serve como base para uma negociação e insistiram que qualquer conversa séria só começará quando o País estiver disposto a tratar, com dinheiro, do pagamento de juros em atraso. Para deixar sua posição clara, os credores não apresentaram uma contraproposta.

"Nós sabemos que há uma mudança extraordinária no enfoque brasileiro. E uma revolução do Copérnico", afirmou Jório, que não esperava que os bancos compreendessem e muito menos aceitassem a proposta logo na primeira rodada de encontros. "Durante oito anos o Brasil trabalhou simplesmente para produzir o saldo comercial necessário para cobrir o serviço da dívida." Como 90% da dívida externa é de responsabilidade do governo, a estratégia adotada pela administração Collor determina que seu pagamento girará em torno da capacidade do governo de produzir saldos fiscais.

A recusa da proposta brasileira pelos credores significa que o acordo negociado com o Fundo Monetário Internacional continuará congelado e as negociações da dívida oficial, com o Clube de Paris, permanecerão bloqueadas.

ESTADO DE SÃO PAULO
1990
OUT 1990